



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS:

A administração do MetrôRio, concessão metroviária do Rio de Janeiro, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Demonstrações Financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhado do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação ao exercício de 2012 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado.

1. O METRÔRIO

O MetrôRio tem, desde 1998, sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário do Rio de Janeiro, com 41 km de extensão e 35 estações.

O contrato de concessão foi renovado em 2007 por mais 20 anos, indo até 2038. A Companhia assumiu, junto ao Governo do Estado, a responsabilidade de investir de R\$ 1,15 bilhão para modernização do sistema, duplicando a oferta de lugares para mais de 1,1 milhão de passageiros dia. Do total de investimentos previstos, já foram entregues a construção da Linha 1A (trecho entre as Estações São Cristóvão e Central, ligando a Linha 2 a Zona Sul, sem transferência nos dias úteis), a reforma gradual das estações, a construção da Estação Cidade Nova e sua passarela, a compra de 19 novos trens, a melhoria do sistema de ar condicionado, além da modernização do Centro de Controle de Tráfego.

As linhas do Metrô ligam o centro de atividade econômica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com as áreas residenciais de maior renda (Zona Sul) e de maior concentração de mão-de-obra (Zona Norte e Baixada Fluminense). As operações metroviárias na Linha 1, entre as estações Saens Peña e General Osório, compreendem 19 estações, e na Linha 2, entre as estações Pavuna e Botafogo, compreendem mais 26 estações (incluindo 10 estações do trecho compartilhado entre as duas linhas), ao longo de 41 km de extensão com 49 trens, compostos por 296 carros. Com a chegada de 19 novos trens (114 carros) em março de 2013, 42 trens estão incorporados à operação: 16 deles operam na Linha 1 e 26 na Linha 2.

A Companhia está autorizada a operar diretamente duas linhas de ônibus, sob a denominação "Metrô Na Superfície". As linhas do Metrô Na Superfície são utilizadas para trazer para nossas estações metroviárias os passageiros de bairros não atendidos diretamente pelas linhas do Metrô.

Além das linhas operadas diretamente, a Companhia firmou acordos operacionais com outros prestadores de serviço de transporte urbano de passageiros visando à integração das linhas do metrô com áreas que ainda não atende diretamente. Estes serviços integram ao sistema metroviário linhas de ônibus urbanos e o sistema ferroviário urbano, através do Bilhete Único Estadual.

Em dezembro de 2009, o MetrôRio passou a fazer parte do Grupo Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A..

A Invepar é um grupo brasileiro fundado em 2000, que atua no setor de infraestrutura de transportes, no Brasil e no exterior, com foco nos segmentos de rodovias, mobilidade urbana e aeroportos. É atualmente um dos maiores grupos de infraestrutura de transportes da América Latina, através de 14 empresas, sendo 12 concessões distribuídas nos 3 segmentos de atuação. Administra um total de 1.964 quilômetros de rodovias sob a gestão de 8 concessionárias. A Invepar opera, em consórcio formado com a ACSA (Airports Company South Africa) e Infracor, o Aeroporto Internacional de São Paulo – GRU Airport, o maior do país, que movimenta cerca de 36 milhões de passageiros. No segmento de mobilidade urbana, está presente por meio do MetrôRio e do VLT Carioca, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

2. CONJUNTURA ECONÔMICA

De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro cresceu 2,3% em 2013, encerrando o ano em R\$ 4,8 trilhões (valores correntes). Em 2012, o PIB cresceu 0,9%. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano em 5,91% (5,84% em 2012).

Grande parte dos analistas de mercado atribuiu o resultado pouco expressivo do PIB a um possível esgotamento do modelo de crescimento baseado no consumo, apontando um aumento significativo nos investimentos em infraestrutura como solução para retomada do crescimento econômico. Sendo assim, o setor de infraestrutura de transportes deve continuar no polo ativo das prioridades dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Diante das limitações fiscais do Governo, este deve seguir contando com a participação do setor privado na forma de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) como modelo de investimentos no setor.

O Rio de Janeiro é uma das metrópoles brasileiras com maior ritmo de crescimento econômico e de inserção da população nas atividades econômicas, gerando intensa demanda por mobilidade urbana. Seu atual sistema metroviário possui apenas 41 km de rede, transportando diariamente cerca de 680.000 pessoas, as quais representam 6% da demanda do município.

Com o crescente aumento do poder aquisitivo da população e consequente aumento de famílias nas camadas econômicas mais favorecidas, os problemas de mobilidade urbana se ampliaram e tendem a se agravar num futuro próximo, caso os governos e a iniciativa privada não atuem de forma integrada e complementar no sentido de buscar um conjunto de soluções que atendam os anseios desta nova classe média.

Segmento de Mobilidade Urbana

De acordo com o Banco Mundial, mais de 80% da população brasileira vive atualmente em cidades e aglomerados urbanos. Na região Sudeste, esse valor ultrapassa os 90%. Os grandes eventos programados para os próximos anos, entre eles, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, assim como o desenvolvimento de setores industriais, como os de petróleo e gás, tecnologia e automobilístico, deverão aumentar o fluxo de pessoas nas grandes cidades brasileiras.

Segundo as Nações Unidas, Banco Mundial e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, o tempo de deslocamento de casa até o trabalho dos brasileiros é significativamente maior do que em várias cidades do mundo. Somam-se a isto as recentes manifestações populares por melhorias das condições de transporte, aumentando a pressão sobre o Governo para que projetos como o da Linha 3 do metrô do Rio de Janeiro voltem à pauta de discussões.

Esse cenário, somado às necessidades de melhorias no sistema de infraestrutura logística com vistas a promover o crescimento do País e as manifestações populares que clamaram por maior disponibilidade e melhores níveis de serviços dos transportes públicos urbanos levaram o Governo Federal a lançar PACs (Programa de Aceleração do Crescimento) específicos para a mobilidade urbana, incluindo o PAC Mobilidade Grandes e Médias Cidades.

3. DESTAQUES DO ANO

No final de março de 2013, todos os 19 novos trens adquiridos pelo MetrôRio passaram a estar operacionais, aumentando a capacidade do sistema em mais de 60%.

Merecem destaque as operações especiais do MetrôRio durante a Copa das Confederações em Maio, as intensas manifestações públicas que ocorreram em Junho e a Jornada Mundial da Juventude, que contou com a visita do Papa Francisco e a presença de mais de 300 mil peregrinos de 175 países: em apenas uma semana, foram transportadas mais de 3,7 milhões de pessoas, o equivalente ao público de 46 Maracanãs lotados.

Influenciado principalmente pelo aquecimento econômico da cidade do Rio de Janeiro, aliado a melhora operacional e a gradativa entrada em operação de novos trens, ampliando a oferta, o MetrôRio apresentou resultado positivo, atingindo 192,5 milhões de passageiros transportados no exercício, 2,5% superior aos 187,7 milhões de passageiros em 2012.

Do ponto de vista financeiro, a Receita Líquida e, consequentemente, o Lucro foi negativamente impactado quando, em junho, após as manifestações populares, houve a redução da tarifa unitária de R\$ 3,50 para R\$ 3,20. O efeito da revogação do reajuste de tarifa foi parcialmente compensado pela introdução da alíquota zero para o PIS/COFINS na Receita Tarifária. Adicionalmente, o fechamento por 10 meses da estação General Osório impactou negativamente a demanda, resultando na perda de aproximadamente 15 milhões de passageiros em 2013.

Em 2013, os investimentos do MetrôRio somaram R\$ 248 milhões, com destaque para a aquisição dos novos trens e construção da Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); e criação de novas subestações

retificadoras de energia para Estações e Centro de Manutenção.

As ações implementadas no ano de 2013, com a adoção de melhores práticas operacionais, assim como a melhora do Resultado Financeiro, resultaram em um Lucro Líquido no ano de 2013 de R\$ 36 milhões, superior ao resultado de R\$ 506,9 mil verificado em 2012.

Gestão

Planejamento Estratégico: Para entender os novos cenários que se apresentam e se preparar para os desafios que o contexto social e econômico irá cada vez mais exigir, o MetrôRio desenvolveu seu Processo de Planejamento Estratégico, referente ao período 2013 - 2017, visando definir seu posicionamento estratégico e estabelecer um plano de ações para implementação do mesmo.

Dentro do modelo de negócio estabelecido foi definido que a Excelência Operacional, será a disciplina de valor a ser entregue ao usuário e através da qual o MetrôRio será capaz de maximizar e diversificar suas receitas, aperfeiçoar seus custos, rentabilizar seus investimentos e criar sua nova identidade cultural, envolvida por motivação e entusiasmo de sua equipe.

Novas Ferramentas de Gestão: Em 2013, dando seguimento ao Projeto SAP, foi instalado o Módulo PM do SAP, um dos sistemas líderes de mercado para gestão de manutenção. O projeto proporcionou a integração dos processos de manutenção com os processos de BackOffice e suprimentos em uma mesma plataforma.

Adicionalmente, foi disponibilizado o Portal de Projetos, utilizando o sistema Microsoft Project como plataforma e reunindo documentação, cronogramas, e outras informações sobre os projetos em andamento. Para melhor acompanhamento dos indicadores de excelência operacional, foi implantado o Portal de Informações Executivas, onde estes são disponibilizados, para um melhor acompanhamento da implementação da estratégia empresarial.

Mudanças na Estrutura Organizacional:

Em 2013, foi criada a Gerência de Contrato de Concessão, subordinada à Presidência, para acompanhar e responder às demandas do Poder Concedente, e prezar pelo cumprimento do Contrato de Concessão.

A Gerência de Riscos e Controles Internos incorporou a área de Qualidade, tornando-se Gerência de Estratégia e Riscos.

A Diretoria Linha 4 foi criada para gerir as equipes, MetrôBarra e terceirizadas, dedicadas ao projeto da nova linha.

O MetrôBarra, subsidiária integral da Invepar, controladora do MetroRio, é responsável por disponibilizar material rodante e sistemas para operação da Linha 4, que ligará a Zona Sul à Barra da Tijuca.

Orçamento Base Zero (OBZ): Com o início do Projeto Orçamento Base Zero, o MetrôRio identificou ganhos de custos imediatos, que requerem menor esforço e proporcionam maiores impactos. No primeiro ano, essas iniciativas corresponderam a melhorias de processo e revisão do nível de serviços em diversos setores da Companhia. Paralelamente, iniciaram-se os rituais mensais de gestão, com a definição dos gestores de pacotes de custeio, com a participação de todas as áreas da empresa, para controle e discussão de resultados, e implementação de ações propostas.

Responsabilidade Social: No ano de 2013, foram investidos R\$ 460 mil com recursos próprios e R\$ 1,3 milhão com recursos incentivados em 19 projetos sociais na área de Meio Ambiente, Cultura & Esporte e Educação, beneficiando diretamente mais de 7 mil pessoas. O MetroRio renovou o compromisso com o Pacto Global e contra a Exploração Sexual Infanto-juvenil e foi criado um grupo multidisciplinar para discutir questões de sustentabilidade.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

MM	12M13	12M12	Δ
PAX Transportados	192,5	187,7	2,5%
PAX Pagantes	173,4	168,6	2,9%

O fechamento provisório da Estação General Osório em fevereiro de 2013 devido às obras de expansão da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, impactou negativamente o crescimento de passageiros em 2013. A sua reabertura, na segunda quinzena de dezembro, aponta para uma recuperação em 2014. A estação Cantagalo também ficou provisoriamente fechada por dois meses. Ainda assim, devido à maior capacidade do sistema com a operação dos novos trens, foi possível aumentar o número de passageiros transportados em 2,5% (+2,9% de passageiros pagantes) em relação a 2012.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO OPERACIONAL

5.1. RECEITA OPERACIONAL

R\$ MM	12M13	12M12	Δ
Receita Bruta	583,8	613,8	-4,9%
Receitas Tarifárias	549,0	510,4	7,6%
Receitas Não Tarifárias	27,3	31,0	-11,8%
Receita de Construção (IFRS)	7,5	72,5	-89,6%
Receita Bruta Ajustada	576,3	541,3	6,5%
Deduções da Receita Bruta	(24,5)	(34,4)	-28,7%
Receita Líquida Ajustada	551,7	506,9	8,8%

Em 2013 o MetrôRio atingiu uma Receita Bruta Ajustada de R\$ 576,3 milhões, um crescimento de 6,5% em relação ao mesmo exercício de 2012.

R\$ MM	12M13	12M12	Δ
Receita Líquida	559,2	579,4	-3,5%
Receitas Tarifárias Líquida	527,2	479,0	10,1%
Receitas Não Tarifárias Líquida	24,6	27,9	-11,9%
Receita de Construção (IFRS)	7,5	72,5	-89,6%
Receita Líquida Ajustada	551,7	506,9	8,8%

A Receita Líquida Ajustada (ROL Ajustada) atingiu R\$ 551,7 milhões em 2013, um crescimento de 8,8% em relação ao exercício anterior. Os principais impactos foram:

- **Receita com Passagens** - Representou 95,5% da ROL Ajustada, com um crescimento de R\$ 48,2 milhões, ou 10,1% em relação a 2012, em decorrência principalmente do aumento de Passageiros Pagantes e ao reajuste da tarifa para R\$ 3,50 (R\$ 3,20 em 2012), que vigorou de 01 de Abril à 20 de junho, sendo suspensa por decreto estadual, após as manifestações populares ocorridas em Junho de 2013.
- **Deduções da Receita** - MP617/Junho 2013, que decretou alíquota zero do PIS/COFINS sobre a receita tarifária, gerando uma economia de R\$ 10,7 milhões.
- **Receitas Acessórias** - Representou 4,5% da ROL Ajustada, com uma redução de R\$ 3,3 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior devido principalmente à terceirização do negócio da publicidade. A terceirização reduziu a receita bruta, mas também eliminou custos e despesas, maximizando o resultado líquido da operação.

5.2. CUSTOS & DESPESAS

R\$ MM	12M13	12M12	Δ
Custos & Despesas Operacionais	(460,6)	(475,6)	-3,1%
Pessoal	(168,6)	(140,8)	19,7%
Conservação & Manutenção	(36,3)	(41,7)	-13,0%
Operacionais	(98,5)	(86,6)	13,8%
Despesas Administrativas	(50,4)	(42,5)	18,6%
Custo de Construção (IFRS)	(7,0)	(71,0)	-90,1%
Depreciação & Amortização	(99,8)	(93,0)	7,3%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados	(453,6)	(404,6)	12,1%

Em 2013, os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 460,6 milhões. Incluído neste valor, estão R\$ 7 milhões de custo de construção relacionados ao IFRS. Para efeito de análise, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados não contemplam este valor.

Os Custos e Despesas Operacionais Ajustados atingiram R\$ 453,6 milhões em 2013, um crescimento de R\$ 49 milhões ou 12% em relação ao exercício anterior. Os principais impactos que causaram este aumento foram:

Pessoal: Aumento de R\$ 27,8 milhões, relacionados ao aumento no quadro de gestão e no *headcount* operacional do MetrôRio, para a readequação da empresa devido à operação dos novos trens e à construção da Linha 4. A variação também contempla o impacto do reajuste salarial (acordo coletivo) de 7,6%, ocorrido em maio de 2013.

Conservação, Manutenção e Operacionais: Aumento de R\$ 11,9 milhões, relacionados ao maior custo de locação de ônibus (Integração Metrô na Superfície) devido ao fechamento das estações Cantagalo e General Osório e a reclassificação de gastos (limpeza das estações) do

grupo "Conservação e Manutenção".

Despesas Administrativas: Aumento devido a maiores gastos com consultorias e assessorias, estes voltados para o Planejamento Estratégico e para o plano de Excelência Operacional.

Depreciação & Amortização: Aumento de R\$ 6,8 milhões, em função dos novos investimentos e do ajuste contábil na curva de depreciação.

5.3. EBITDA & MARGEM EBITDA

R\$ MM	12M13	12M12	Δ
EBIT	98,6	103,7	-5,0%
(+) Depreciação & Amortização	99,8	93,0	7,3%
EBITDA¹	198,4	197	0,8%
Ajustes de Construção	(0,5)	(1,5)	-65,2%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(7,5)	(72,5)	-89,6%
(+) Custo de Construção (IFRS)	7,0	71,0	-90,1%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	-	-	n.m.
(+) Baixa de Provisão para Manutenção (IFRS)	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado²	197,9	195,3	1,3%
Receita Líquida Ajustada	551,7	506,9	8,8%
Margem EBITDA (%) Ajustada	35,9%	38,5%	-2,7 p.p.

¹Instrução CVM Nº 527/12;

²Desconsidera os impactos do IFRS em relação a Receita e Custo de Construção.

Em 2013, o EBITDA, considerando o impacto do IFRS, totalizou R\$ 198,4 milhões, em linha com o apresentado em 2012. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 197,9 milhões em 2013, com uma Margem EBITDA de 35,9%. Os principais fatores que limitaram o crescimento do EBITDA entre os períodos e impactaram negativamente a Margem EBITDA em 2013 foram o fechamento temporário da Estação General Osório e seu impacto na locação de frota de ônibus para o Metrô na Superfície, assim como a entrada em operação dos novos trens e o reajuste salarial dos funcionários.

O EBITDA Ajustado foi calculado desconsiderando as contas de receita e custo de construção, introduzidas pela adoção do IFRS.

5.4. RESULTADO FINANCEIRO

Em 2013, o resultado financeiro líquido da Companhia apresentou uma melhora de 65% em relação a 2012, totalizando R\$ 36,1 milhões de resultado positivo líquido no exercício. Esta variação ocorreu devido, principalmente, ao menor custo da dívida e à baixa da variação cambial referente ao passivo dos impostos da compra dos novos trens.

5.5. LUCRO LÍQUIDO

Considerando os fatores citados, em 2013, o Lucro Líquido foi de R\$ 36 milhões, representando um aumento significativo em relação a 2012 (lucro de R\$ 530 mil).

5.6. PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Dentre os principais projetos, destacam-se: Expansão da frota, através da aquisição de 19 novos trens, que corresponde a aumento de capacidade de 60%, totalizando uma frota de 49 trens e 294 carros, construção da Estação Uruguai, inaugurada em março de 2014, construção de estacionamento de trens na estação Central, construção de subestações de energia nas estações e no Centro de Manutenção, com previsão de conclusão para o segundo trimestre de 2014.

6. RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos é uma questão estratégica para a Companhia, que investe continuamente no crescimento profissional e satisfação de seus colaboradores. A Companhia mantém políticas de remuneração e benefícios compatíveis com as melhores práticas de mercado.

Em 2013, o MetrôRio encerrou o exercício com 2.473 colaboradores (2.429 em 2012) em seu corpo funcional.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES

Visando o pagamento do principal e juros de dívidas contratadas anteriormente pela Companhia, no total de R\$ 295 milhões, foram emitidas Debêntures, totalizando o montante de R\$ 210 milhões, e foi realizada uma operação de crédito em dólares norte-americanos por meio da Lei nº4131, conjugada com uma operação de derivativo (swap) para conversão do volume captado em dólares para reais, para fins de hedge de 100% (cem por cento) do empréstimo corrente, no valor de R\$ 85 milhões com o Banco Citibank S.A. Ambas as transações foram realizadas com prazo de vencimento de 2 anos.

8. PERSPECTIVAS 2014

A matriz de transportes do Brasil focada no modal rodoviário tem demonstrado sinais de fadiga ao longo dos últimos anos. No caso do transporte metroviário, os altos investimentos bem como a complexidade técnica para viabilização das linhas e infraestrutura operacional, representam fortes barreiras para atender, no curto prazo, as demandas de um mercado cada vez mais exigente por transporte de qualidade.

Megaeventos: O MetrôRio tem como marca a participação fundamental no deslocamento de cariocas e turistas em grandes eventos da cidade, tais como festa de final de ano em Copacabana e carnaval.

O MetrôRio está preparado para atender da melhor forma os grandes eventos que o Rio de Janeiro promoverá nos próximos anos. Os primeiros eventos geridos foram a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude.

No ano de 2014, o Rio de Janeiro sediará a Copa do Mundo FIFA, um megaevento no qual o metrô terá um papel fundamental, uma vez que as estimativas sugerem que o modal metroviário será o mais utilizado pelos torcedores. Para atender tal demanda, a área de Megaeventos está planejando junto aos órgãos responsáveis um sistema de operação especial para os dias de jogos. Dentre as iniciativas estudadas para estes eventos especiais, vale destacar a participação de voluntários bilíngues, direcionamento do público em função dos setores dos ingressos e reforço na oferta de lugares.

Receitas Acessórias: Para 2014, é esperado um incremento nas linhas de Receita Acessória, refletindo novas locações e a reabertura da Estação General Osório. Este crescimento também deverá refletir o aumento das receitas de publicidade, além de novas linhas de negócio, tais como, mídia digital nos trens, e parceria para disponibilização de Wi-Fi nas estações.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demonstrações financeiras do MetrôRio, aqui apresentadas, estão de acordo com os pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e por sua vez, convergentes às normas internacionais de contabilidade - IFRS, com números devidamente confrontados por auditoria independente. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

Como determina a Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, nossos Auditores Independentes não prestaram nenhum outro serviço além do acima referido.

O MetrôRio celebrou contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes que também será o auditor do grupo Invepar no exercício de 2014.

Essa contratação visa atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos atuais auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes e aprovação do Conselho de Administração do MetrôRio.

10. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria do MetrôRio declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

11. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos que contribuíram para o êxito alcançado pela Companhia neste exercício.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014.

A ADMINISTRAÇÃO

continua


BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	56.362	18.133	56.364	18.135
Aplicações financeiras (Nota 4)	45.906	140.042	45.906	140.042
Créditos a receber (Nota 5)	7.579	1.649	7.579	1.649
Estoques (Nota 6)	17.556	15.464	17.556	15.464
Impostos a recuperar (Nota 7.a)	9.874	5.157	9.874	5.157
Adiantamento a fornecedores	3.317	9.807	3.317	9.807
Partes relacionadas (Nota 8)	1.875	400	1.875	400
Outros	8.000	5.139	8.000	5.139
Total do ativo circulante	150.469	195.791	150.471	195.793
Não circulante				
Aplicações financeiras (Nota 4)	26.389	25.307	26.389	25.307
Créditos a receber (Nota 5)	6.196	5.445	6.196	5.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	50.981	69.077	50.981	69.077
Depósitos judiciais (Nota 14)	53.878	42.592	53.878	42.592
Investimentos (Nota 11)	2	2	-	-
Imobilizado (Nota 9)	298.106	203.085	298.106	203.085
Intangível (Nota 10)	1.984.938	2.054.168	1.984.938	2.054.168
Total do ativo não circulante	2.420.490	2.399.676	2.420.488	2.399.674
Total do ativo	2.570.959	2.595.467	2.570.959	2.595.467

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	242.607	54.290	242.607	54.290
Debêntures (Nota 12)	119.166	2.429	119.166	2.429
Fornecedores	63.089	36.651	63.089	36.651
Impostos taxas e contribuições a pagar (Nota 7.b)	5.369	8.854	5.369	8.854
Salários, provisões e contribuições sociais	14.267	13.874	14.267	13.874
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	6.948	255.330	6.948	255.330
Participações a empregados (Nota 18)	7.582	6.000	7.582	6.000
Serviços a prestar	2.300	2.252	2.300	2.252
Partes relacionadas (Nota 8)	2.954	2.451	2.954	2.451
Outras obrigações	942	453	942	453
Total do passivo circulante	465.224	382.584	465.224	382.584
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	612.168	646.504	612.168	646.504
Debêntures (Nota 12)	154.170	261.701	154.170	261.701
Concessões de serviços públicos (Nota 13)	44.944	47.628	44.944	47.628
Impostos, taxas e contribuições	203	205	203	205
Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais (Nota 14)	12.496	11.166	12.496	11.166
Total do passivo não circulante	823.981	967.204	823.981	967.204
Patrimônio líquido (Nota 15)				
Capital social	1.344.160	1.344.160	1.344.160	1.344.160
Prejuízo acumulado	(62.406)	(98.481)	(62.406)	(98.481)
Total do patrimônio líquido	1.281.754	1.245.679	1.281.754	1.245.679
Total do passivo e patrimônio líquido	2.570.959	2.595.467	2.570.959	2.595.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, expresso em reais)

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita de serviços	551.729	551.729	506.902	506.902
Receita da construção	7.509	7.509	72.463	72.463
Receita operacional líquida (Nota 23)	559.238	559.238	579.365	579.365
Custos de serviços (Nota 23)	(358.202)	(358.202)	(323.142)	(323.142)
Custo da construção (Nota 23)	(6.994)	(6.994)	(70.982)	(70.982)
Lucro bruto	194.042	194.042	185.241	185.241
Despesas gerais, administrativas e com vendas (Nota 23)	(95.314)	(95.314)	(81.996)	(81.996)
Outras receitas operacionais - líquidas	(125)	(125)	489	489
Lucro operacional antes do resultado financeiro	98.603	98.603	103.734	103.734
Receitas financeiras (Nota 16)	112.849	112.849	121.324	121.324
Despesas financeiras (Nota 16)	(148.925)	(148.925)	(224.370)	(224.370)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.527	62.527	688	688
Impostos de renda e contribuição social (Nota 7)	(26.452)	(26.452)	(158)	(158)
Lucro líquido do exercício	36.075	36.075	530	530
Número médio ponderado de ações durante o período (mil)	1.446.899	1.446.899	1.135.538	1.135.538
Resultado básico e diluído por lote de mil ações (Nota 22)	24,93	24,93	0,47	0,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS E TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado	
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	36.075	530
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultado abrangentes do exercício, líquidos de impostos atribuível a	36.075	530
Acionistas controladores	36.075	530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	576.196	576.196	541.312	541.312
Receita da construção	7.509	7.509	72.463	72.463
Provisão para devedores duvidosos	(476)	(476)	(2.681)	(2.681)
Outras receitas	1.822	1.822	600	600
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(190.950)	(190.950)	(238.476)	(238.476)
Custos das mercadorias e serviços vendidos				
Custo da construção	(6.994)	(6.994)	(70.982)	(70.982)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(182.825)	(182.825)	(167.494)	(167.494)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.131)	(1.131)	-	-
Valor adicionado bruto	394.101	394.101	373.218	373.218
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(99.816)	(99.816)	(93.014)	(93.014)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	294.285	294.285	280.204	280.204
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	112.849	112.849	121.324	121.324
Valor adicionado total a distribuir	407.134	407.134	401.528	401.528
Distribuição do valor adicionado	407.134	407.134	401.528	401.528
Pessoal e encargos	144.113	144.113	120.855	120.855
Remuneração direta	97.275	97.275	80.208	80.208
Benefícios	38.941	38.941	34.280	34.280
FGTS	7.897	7.897	6.367	6.367
Impostos, taxas e contribuições	76.243	76.243	54.869	54.869
Impostos federais	62.506	62.506	42.003	42.003
Impostos estaduais	2.752	2.752	2.659	2.659
Impostos municipais	10.985	10.985	10.207	10.207
Remuneração capital de terceiros	150.703	150.703	225.274	225.274
Juros	69.224	69.224	45.101	45.101
Aluguéis	963	963	820	820
Outras	80.516	80.516	179.353	179.353
Remuneração de capital próprio	36.075	36.075	530	530
Lucro líquido do exercício	36.075	36.075	530	530

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. Informações gerais

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.- MetrôRio (a seguir denominada como MetrôRio ou "Companhia") foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, a Companhia passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. A principal atividade da Companhia é a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do Contrato de Concessão ("Contrato"), e de seus aditivos, esses últimos firmados entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"). A Companhia poderá exercer outras atividades não previstas no Contrato, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$314.753 (R\$186.791 em 31 de dezembro de 2012). A Administração entende que, a partir dos investimentos que estão sendo efetuados para a expansão do sistema metroviário como, construção da estação Uruguai, já iniciada, aquisições de 19 novas composições (114 carros metrô), todas já entregues para serviço comercial durante o exercício de 2013, certamente haverá um aumento significativo no número de passageiros pagantes, o que aumentará a geração de caixa operacional e permitirá o pagamento dos passivos. Adicionalmente, a Administração da Companhia tem atuado ativamente na avaliação e substituição das fontes de financiamento, visando o alongamento do perfil da dívida e a melhora dos indicadores financeiros. Caso o alongamento do perfil da dívida e a geração de caixa operacional não sejam suficientes, a sua Controladora efetuará o aporte de recursos necessários à manutenção das atividades da Companhia. A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 20 de março de 2014.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2011	750.000	(99.011)	650.989
Aumento de capital	594.160	-	594.160
Lucro líquido do exercício	-	530	530
Em 31 de dezembro de 2012	1.344.160	(98.481)	1.245.679
Lucro líquido do exercício	-	36.075	36.075
Em 31 de dezembro de 2013	1.344.160	(62.406)	1.281.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de reais)

	2013		2012	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	62.527	62.527	688	688
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	99.816	99.816	93.014	93.014
Baixa de imobilizado e intangível	350	350	8.335	8.335
Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	50.519	50.519	139.710	139.710
Ajuste a valor presente	689	689	6.747	6.747
Margem de construção	(515)	(515)	(1.481)	(1.481)
Provisão para devedores duvidosos	477	477	2.681	2.681
Outros	2.967	2.967	(3.550)	(3.550)
	216.830	216.830	246.144	246.144
(Aumento) redução nos ativos operacionais	(7.158)	(7.158)	(1.609)	(1.609)
Contas a receber de clientes	(4.717)	(4.717)	4.594	4.594
Imposto de renda e contribuição social	(8.428)	(8.428)	(7.627)	(7.627)
Depósitos judiciais	(3.223)	(3.223)	(2.833)	(2.833)
Estoques	2.152	2.152	(7.182)	(7.182)
Outros créditos				
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	26.438	26.438	8.957	8.957
Fornecedores	393	393	(2.327)	(2.327)
Salários, provisões e contribuições sociais	(11.843)	(11.843)	(10.117)	(10.117)
Impostos, taxas e contribuições	1.040	1.040	(6.115)	(6.115)
Outras obrigações e contas a pagar	(5.346)	(5.346)	(24.259)	(24.259)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(5.346)	(5.346)	(24.259)	(24.259)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Captação de operações com partes relacionadas	-	-	-	-
Aplicação financeira	93.054	93.054	100.460	100.460
Concessão de serviço público	(96.436)	(96.436)	(145.075)	(145.075)
Aquisição de intangível	(128.830)	(128.830)	(186.117)	(186.117)
Aquisição de imobilizado	(120.030)	(120.030)	(62.951)	(62.951)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(252.242)	(252.242)	(293.683)	(293.683)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	-	80.000	80.000
Captação de empréstimos e debêntures	189.500	189.500	317.061	317.061
Pagamento de empréstimos e debêntures	(110.513)	(110.513)	(332.864)	(332.864)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	78.987	78.987	64.197	64.197
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes e caixa	38.229	38.229	(7.601)	(7.601)
Saldo de caixa de equivalentes no início do exercício	18.133	18.135	25.734	25.736
Saldo de caixa de equivalentes no final do exercício	56.362	56.364	18.133	18.135
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	38.229	38.229	(7.601)	(7.601)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Políticas contábeis**a) Demonstrações financeiras individuais**

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (C



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

2.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e da controlada MASU9 Participações Ltda., subsidiária integral da qual a Companhia possui 99,95% do Capital social que totaliza R\$2.

O período da controlada incluída na consolidação é coincidente com o da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e a empresa controlada são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Reconhecimento de receitas

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia é alcançada pela ICPC 01 (R1), está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (IAS 11) e CPC 30 (R1) - Receitas (IAS 18). Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. As margens de construção são calculadas de acordo com a particularidade dos negócios da Companhia, em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício. A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

2.5. Créditos a receber

Os créditos a receber de clientes são registrados pelo valor incorrido e ainda não recebido, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor dos recebíveis em aberto a partir de 90 dias e o histórico de perdas com contas a receber.

2.6. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de realização.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa 9 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Também fazem parte do Imobilizado equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de realização. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.

2.8. Ativos intangíveis

Refere-se a direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infraestruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01 (R1) (IFRIC 12).

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.9. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Até 31 de dezembro de 2013 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos.

2.10. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.11. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas acessórias	Receita com venda de passagens
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	3,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	-	2,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 30 (R1) (IAS 18), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, diferenças temporárias, base negativa de imposto de renda e contribuição social, e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12), levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.12. Plano de previdência e outros benefícios aos empregados

A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

O CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados (IAS 19) dá orientações sobre os cálculos, definições de premissas, registros e limitações aos registros de ativos atuariais em função de obrigações futuras ou restrições legais ou contratuais sobre estes ativos.

A quantia reconhecida no balanço em relação aos passivos dos planos de benefícios pós-aposentadoria da Companhia representa o valor presente das obrigações, excluindo ganhos e perdas atuariais não reconhecidas. O custo de proporcionar benefícios pós-aposentadoria é apropriado na demonstração de resultados durante os períodos que beneficiam os serviços do empregado.

2.13. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

2.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

A Companhia identificou o passivo sujeito ao ajuste a valor presente concessões de serviços públicos. As taxas de juros implícitas de 4,8% a.a., aplicadas, foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidado da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera as taxas de juros de debêntures emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um spread de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

2.16. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.17. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e instrumentos com característica de hedge. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber e adiantamentos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.18. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no transporte público de passageiros a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio e suas operações não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.



2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.20. Contratos de concessão

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme o ICPC 01 (R1), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

3. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos de transporte metroviário de passageiros, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01 (R1). Segue abaixo um breve descritivo do contrato:

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens; sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038. Até aquele momento, com base nos termos até então vigentes, a concessão se encerraria em 27 de janeiro de 2018. A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia do Metropolitan do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte.

O Contrato determinava, e o Aditivo manteve, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGP-M"), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

No evento da extinção do contrato de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo. O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve alteração relevante no contrato de concessão.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	3.464	1.184	3.466	1.186
Certificado de depósitos bancários - CDB	22.192	16.949	22.192	16.949
Outros	30.706	-	30.706	-
Caixa e equivalentes de caixa	56.362	18.133	56.364	18.135
Fundo cambial exclusivo (a)				
Letras financeiras de tesouro	34.103	97.001	34.103	97.001
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	11.803	43.041	11.803	43.041
	45.906	140.042	45.906	140.042

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações financeiras				
Certificado de depósitos bancários - CDB	10.229	9.684	10.229	9.684
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	9.152	8.582	9.152	8.582
Operações compromissadas	7.008	7.041	7.008	7.041
	26.389	25.307	26.389	25.307
Aplicações financeiras	72.295	165.349	72.295	165.349

(a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta específica para este fim; e consequentemente não são de pronta disponibilidade para Administração da Companhia.

O montante aplicado em moeda doméstica refere-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 75% e 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e com liquidez imediata.

De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Aditivo, em 31 de dezembro de 2013, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro é de R\$5.471 e não há restrição de movimentação destes recursos.

Parte das aplicações financeiras demonstradas acima, que somam R\$26.389, está vinculada a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme divulgado na Nota Explicativa 13, e descrito abaixo:

- R\$2.646, (intermediador Banco Safra S.A.), R\$4.486, (intermediador Banco Bradesco S.A.) e R\$3.527, (intermediador Banco Itaú BBA) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e nos contratos de fornecimento de serviço.
- R\$887, (Banco Bradesco S.A.), R\$14 (Banco Santander) e R\$80 (Banco Votorantim) referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis.
- R\$9.152, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 7 de maio de 2008, 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES. Mais detalhes sobre esta operação estão descritos na Nota Explicativa 12.
- R\$5.597, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal.

5. Créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Venda de passagens (a)	5.106	1.030	5.106	1.030
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	6.734	4.487	6.734	4.487
Outros títulos a receber	164	80	164	80
Provisão para créditos duvidosos	(4.425)	(3.948)	(4.425)	(3.948)
Créditos a receber circulante - líquido	7.579	1.649	7.579	1.649
Não circulante				
Estado do Rio de Janeiro				
Gratuidades a compensar (c)	6.196	5.445	6.196	5.445
Créditos a receber não circulante	6.196	5.445	6.196	5.445

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor e integrações;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios); e
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Movimentação na provisão para créditos duvidosos				
Saldo no início do exercício	(3.948)	(1.267)	(3.948)	(1.267)
Adições	(1.033)	(3.199)	(1.033)	(3.199)
Reversão	556	518	556	518
Saldo no fim do exercício	(4.425)	(3.948)	(4.425)	(3.948)

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Artigo 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento.

A Companhia recebeu o montante de R\$865 referentes à gratuidade estudantil no ano de 2012 e R\$156 no ano de 2013.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Materiais auxiliares e de manutenção e bilhetes	11.320	10.540	11.320	10.540
Adiantamento a fornecedores	5.517	369	5.517	369
Importações em andamento	719	4.555	719	4.555
Total	17.556	15.464	17.556	15.464

7. Impostos a recuperar e diferidos, taxas e contribuições

a) Impostos a recuperar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social	5.942	5.150	5.942	5.150
IRRFF	2.890	-	2.890	-
Outros	1.042	7	1.042	7
Total	9.874	5.157	9.874	5.157

b) Impostos, taxas e contribuições a pagar - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
PIS e COFINS	1.227	2.017	1.227	2.017
ISS	959	1.019	959	1.019
ICMS	703	374	703	374
IRRFF	1.906	3.283	1.906	3.283
Taxa AGETRANSR-RJ	219	907	219	907
INSS s/ terceiros	355	785	355	785
Outros	-	469	-	469
Total	5.369	8.854	5.369	8.854

c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Se houver fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, essas projeções serão revisadas durante o exercício pela Companhia.

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

Natureza	2013	2012	Fundamento para realização
Prejuízo fiscal	17.976	21.854	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com prejuízo fiscal.
Base negativa de contribuição social	6.634	8.048	Pela apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com base negativa de contribuição social.
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.504	2.681	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajuizamento da cobrança e prazo de vencido maior que 2 anos.
Provisão para contingências	5.028	4.507	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável).
Excesso amortização outorga suplementar	4.213	13.579	Expectativa de realização conforme pagamento da outorga suplementar.
Variação cambial não realizada	1.614	15.555	Expectativa de realização conforme pagamento.
Outros	14.012	2.853	
	50.981	69.077	

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme demonstrado a seguir:

	2013		2012	
2013	-	2.342	-	2.342
2014	14.460	1.373	14.460	1.373
2015	3.729	7.122	3.729	7.122
2016	3.729	18.477	3.729	18.477
2017	3.729	16.763	3.729	16.763
2018 em diante	25.334	23.000	25.334	23.000
Total	50.981	69.077	50.981	69.077

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro/(prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	62.527	688	62.527	688
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(21.259)	(234)	(21.259)	(234)
Ajustes no lucro líquido que afetam o resultado do exercício				
Adições permanentes	(7.445)	(2.753)	(7.445)	(2.753)
Outros	2.252	2.829	2.252	2.829
Imposto de renda e contribuição social	(26.452)	(158)	(26.452)	(158)

8. Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras. Em relação aos mútuos da Companhia com suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade de caixa destas sociedades para o funcionamento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos abaixo.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	31/12/2013			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
GRU AIRPORT	Nota de débito	462	-	-	-
CART	Nota de débito	100	-	-	-
LAMSA	Debênture	-	-	1.226	154.170
INVEPAR	Nota de débito	-	-	2.954	-
METRÔ BARRA	Nota de débito	1.313	-	-	-

Parte relacionada	Transação	31/12/2012			
		Ativo		Passivo	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INVEPAR	Nota de débito	400	-	2.451	-
LAMSA	Debênture	-	-	2.429	154.170

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro abaixo:

	2013		2012	
	Diretoria	Diretoria	Diretoria	Diretoria
Pró-labore	2.584	2.664	2.584	2.664
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	577	207	577	207
Benefícios pós emprego	11	-	11	-
Participação nos resultados	1.586	352	1.586	352
Outros benefícios	202	220	202	220
Encargos	770	625	770	625
Total	5.730	4.068	5.730	4.068

Conforme termos de renúncia de remuneração assinada pelos conselheiros em 30 de abril de 2012, os conselheiros renunciam qualquer remuneração pelo exercício da função.

Contrato de mútuo

Em 05 de março de 2012, a Companhia firmou contrato de mútuo com a INVEPAR no montante de R\$100.000. Este contrato possuía o vencimento em treze dias, com encargos financeiros à taxa 100% do CDI, acrescido de sobretaxa de 0,2% a.m. calculados *pro rata die*. O contrato foi totalmente quitado em 01 de junho de 2012.

Debêntures

Conforme descrito na nota explicativa 12, em 15 de março de 2010 a Companhia efetuou emissão privada de debêntures, que foram integralmente subscritas por seu acionista controlador.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$514.160, mediante a emissão de 598.769.564 (quinhentas e noventa e oito milhões, setecentas e sessenta e nove mil, quinhentas e sessenta e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,858693853.

Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela Linha Amarela S.A.

Serviços

A Companhia firmou contrato de empreitada em regime de preço global com a Construtora OAS Ltda. para a execução de obras de implantação da futura estação metroviária Uruguaí.

O regime de execução destes serviços, cujo prazo é de 24 meses, é o de empreitada global, e o preço acordado entre as partes foi de R\$147.563, devendo os pagamentos serem realizados em parcelas mensais, de acordo com a evolução física dos serviços apurada mensalmente. A ultima parcela foi paga em maio de 2013.



9. Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/12/2013
		Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	89.602	17.594	-	69	107.265
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	151.788	1.748	-	10.695	164.231
Máquinas e equipamentos	12,60%	27.387	13.538	-	-	40.925
Móveis e utensílios	10%	7.463	3.688	-	-	11.151
Veículos	20%	2.540	126	(843)	-	1.823
Equipamentos de computação	20%	7.549	1.627	(105)	-	9.071
Imobilizado em andamento		39.419	66.140	-	-	105.559
Peças sobressalentes		12.908	10.723	-	(10.764)	12.867
Adiantamento a fornecedores		1.789	4.846	-	-	6.635
Imobilizado bruto		340.445	120.030	(948)	-	459.527
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(147)	(7.917)	-	-	(8.064)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(116.152)	(11.743)	-	-	(127.895)
Máquinas e equipamentos		(12.159)	(2.963)	-	-	(15.122)
Móveis e utensílios		(3.858)	(665)	-	-	(4.523)
Veículos		(1.901)	(202)	573	-	(1.530)
Equipamentos de computação		(3.143)	(1.233)	89	-	(4.287)
Depreciação acumulada		(137.360)	(24.723)	662	-	(161.421)
Imobilizado líquido		203.085	95.307	(286)	-	298.106

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Controladora e Consolidado				Saldo em 31/12/2012
		Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferências	
Imobilizado						
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	11,48%	71.441	16.046	-	2.115	89.602
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros	12,60%	134.339	8.035	(28)	9.442	151.788
Máquinas e equipamentos	12,60%	24.019	3.287	(14)	95	27.387
Móveis e utensílios	10%	6.710	707	(27)	73	7.463
Veículos	20%	2.521	-	(29)	48	2.540
Equipamentos de computação	20%	6.340	1.542	(374)	41	7.549
Sistemas aplicativos de software	20%	2.042	210	(2.252)	-	-
Imobilizado em andamento		21.176	18.675	(24)	(408)	39.419
Peças sobressalentes		12.107	12.637	(204)	(11.632)	12.908
Adiantamento a fornecedores		5.468	1.813	(5.718)	226	1.789
Imobilizado bruto		286.163	62.952	(8.670)	-	340.445
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(841)	(1.489)	-	2.183	(147)
Benfeitorias em máquinas, veículos e equipamentos de terceiros		(93.284)	(16.113)	-	(6.755)	(116.152)
Máquinas e equipamentos		(8.604)	(1.057)	2	(2.500)	(12.159)
Móveis e utensílios		(3.517)	(262)	-	(79)	(3.858)
Veículos		(2.988)	(950)	-	2.037	(1.901)
Equipamentos de computação		(5.542)	(1.429)	357	3.471	(3.143)
Sistemas aplicativos de software		(1.531)	(112)	-	1.643	-
Depreciação acumulada		(116.307)	(21.412)	359	-	(137.360)
Imobilizado líquido		169.856	41.540	(8.311)	-	203.085

Os investimentos em imobilizado da Companhia consistem essencialmente na aquisição de bens e serviços necessários a realização da operação, benfeitorias no material rodante (carros metrô), nas estruturas das vias, nas estações, no Centro de Manutenção, no Centro de Controle Operacional e na aquisição de equipamentos de tecnologia da informação.

De acordo com o CPC01 (R1)/IAS 36, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2013, os custos registrados não sofreram impairment.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo imobilizado dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

10. Intangível

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldo em 30/12/2013
Concessão de serviços públicos				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	474.329	-	(80.193)	394.136
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.057.433	157.146	(72.013)	1.142.566
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	932.843
Direito de software	4.848	945	(22)	5.771
Outros	14	-	-	14
Total intangível bruto	2.469.467	158.091	(152.228)	2.475.330
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(211.741)	(7.935)	-	(219.676)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(80.982)	(34.132)	-	(115.114)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(120.827)	(32.164)	-	(152.991)
Direito de software	(1.749)	(862)	-	(2.611)
Amortização acumulada (d)	(415.299)	(75.093)	-	(490.392)
Total intangível líquido	2.054.168	82.998	(152.228)	1.984.938

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adições	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2012
Concessão de serviços públicos					
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	474.329	-	-	-	474.329
Renovação/extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	867.120	182.774	(25)	7.564	1.057.433
Concessão (decorrente de aquisição de controle) (c)	932.843	-	-	-	932.843
Direito de software	7.673	4.825	(86)	(7.564)	4.848
Outros	14	-	-	-	14
Total intangível bruto	2.281.979	187.599	(111)	-	2.469.467
Direito de concessão (até janeiro de 2018)	(198.759)	(12.982)	-	-	(211.741)
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038)	(53.201)	(23.443)	-	(4.338)	(80.982)
Concessão (decorrente de aquisição de controle)	(88.573)	(32.254)	-	-	(120.827)
Direito de software	(3.250)	(2.923)	86	4.338	(1.749)
Amortização acumulada (d)	(343.783)	(71.602)	86	-	(415.299)
Total intangível líquido	1.938.196	115.997	(25)	-	2.054.168

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, não havia bens do ativo intangível dados em garantia de empréstimos ou a processos de qualquer natureza.

a) **Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)**

O montante referente ao Ativo Intangível - Direito de concessão "Outorga principal" é de R\$239.694, o montante referente ao Ativo Intangível - Direito de concessão "Outorga suplementar" é de R\$162.940.

b) **Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)**

Conforme detalhado na nota explicativa 13, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutive, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo Intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) **Concessão (decorrente de aquisição de controle)**
Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

d) **Prazo de amortização**
A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de dias restantes para o final do período (até 27 de janeiro de 2038). O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no Ativo Intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

e) **Provisão para redução do valor recuperável de ativos**
A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado representativo dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento de suas operações.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um

período de 5 anos, considerando se tratar de ativos intangíveis com prazo de vida útil definida. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas**
As receitas foram projetadas entre 2014 e 2018 considerando o crescimento da base de usuários.
- **Custos e despesas operacionais**
Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital**
Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor estimado é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

11. Investimentos

Em 31 de janeiro de 2007, a Companhia adquiriu uma empresa inoperante MASU 9 visando ter a sua disposição uma subsidiária para desenvolver atividades acessórias, nos termos do Parágrafo 7º, da Cláusula 8ª do Contrato. A empresa MASU9 Participações Ltda., é uma subsidiária integral da companhia, que possui 99,95% do Capital social da investida que totalizada R\$2, totalmente subscrito e integralizado, e que está dividido em 2.000 (duas mil) quotas com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada. A referida empresa continua inoperante, não gera receita e não possui contingências, compromissos, avais ou garantias em favor de terceiros. O ativo e patrimônio líquido da controlada em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estão abaixo demonstrados:

Ativo	MASU 9	
	2013	2012
Caixa e equivalente de caixa	2	2
Total do ativo	2	2
Patrimônio líquido		
Capital social	2	2
Total patrimônio líquido	2	2

Em 10 de outubro de 2008, a Companhia constituiu subsidiária no exterior Citpax LLC, com participação integral no capital, com o objetivo de: (a) promover no exterior a marca da Companhia; (b) coordenar esforços para a exploração, via subsidiária, de serviços de transporte urbano de passageiros no exterior; (c) buscar novos padrões tecnológicos para o aperfeiçoamento das operações da Companhia; e (d) servir como um centro de supervisão para eventuais transferências de tecnologia e serviços contratados junto a prestadores de serviços sediados no exterior. O capital social da investida é de US\$ 12,200 (doze milhões e duzentos mil dólares), totalmente integralizados. A Citpax é considerada uma filial da Companhia por não possuir corpo gerencial próprio, autonomia administrativa, não contratar operações próprias, utilizar a moeda do MetrôRio como moeda funcional, e funcionar, na essência, como extensão das atividades do MetrôRio.

Ativo	Citpax	
	2013	2012
Caixa e equivalente de caixa	34	745
Ativo fixo	14.546	14.378
Total do ativo	14.580	15.123
Passivo		
Contas a pagar MetrôRio	3.369	3.369
Outras contas a pagar	2.259	2.210
	5.628	5.579

Ativo	Citpax	
	2013	2012
Capital social	24.709	24.709
Prejuízos acumulados	(15.757)	(15.165)
	8.952	9.544
Total do passivo e patrimônio líquido	14.580	15.123

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	Controladora e Consolidado			
					2013		2012	
					Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES Direto 1	TJLP	2,02%	15/05/2015	9,81%	8.924	-	8.924	15.223
BNDES Direto 2	TJLP	1,92%	15/02/2017	10,65%	8.849	19.006	27.855	36.652
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	7,39%	22.926	219.004	241.930	264.263
Subcrédito "B"	TJLP	1,72%	15/10/2017	7,67%	445	1.251	1.696	1.217
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	2,82%	12.595	119.318	131.913	116.334
FINEP								
Subcrédito "A"	TJLP	5,25%	15/01/2018	7,65%	1.570	4.792	6.362	7.919
Subcrédito "B"	TJLP	8,25%	15/01/2018	7,65%	1.666	5.070	6.736	8.386
Financiamento								
Importação								
Calyon	USD	3,44%	02/11/2016	4,45%	2.015	3.957	5.972	6.997
Nota promissória								
Banco HSBC	DI	0,75%	20/03/2014	12,65%	171.268	-	171.268	-
Caixa Econômica								
Federal	TR	7,80%	30/06/2034	7,80%	3.492	239.770	243.262	245.353
Debêntures - HSBC	DI	1,50%	14/03/2014		117.940	-	117.940	107.531
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027		1.226	154.170	155.396	156.599
Conta Garantida - Santander	DI	1,45%	18/03/2014		10.000	-	10.000	-
Subtotal					362.916	766.338	1.129.254	966.474
Taxa efetiva					(1.143)	-	(1.143)	(1.550)
Total					361.773	766.338	1.128.111	964.924

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	-	167.576
2015	66.903	68.944
2016	74.133	71.798
2017	64.509	62.659
2018-2024	560.793	537.228
	766.338	908.205

BNDES

Em 07 de maio de 2008, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES ("BNDES Direto 1"), no montante total de R\$34.314, bem como da respectiva garantia, em consonância com a Decisão nº 170/2008, de 11 de março de 2008, da Diretoria do colegiado do BNDES. O crédito será posto à disposição da Companhia à medida que as comprovações de aplicação dos recursos anteriormente liberados sejam feitas. Em 23 de junho de 2010, foi desembolsado pelo BNDES à Companhia o montante de R\$1.170, perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização do principal do financiamento acima referido é feita em 66 prestações mensais e sucessivas entre 15 de dezembro de 2009 e 15 de maio de 2015.

Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,02% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de maio de 2008 e 15 de novembro de 2009 e, serão pagos mensalmente, no período de amortização.



CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S/A
CNPJ nº 10.324.624/0001-18

• Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto 1, em 2º grau para o BNDES Direto 2 e em 3º grau para o BNDES Direto 3, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a intervenção de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:

- Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia.
- Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato. Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição não foi violada. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto 1 quanto para o contrato BNDES Direto 2, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2. Em função das disposições do item 74 do CPC 26 (R1), a Companhia, por não ter atingido o referido índice exigido no contrato, procedeu a reclassificação do montante passivo de R\$2.167, referente a um financiamento contratado junto ao BNDES, de não circulante para circulante.

Financiamento importação

Em 26 de dezembro de 2008 a Companhia firmou um contrato de financiamento de importação junto ao Banco Calyon para cobrir até 85% das importações de equipamentos para o projeto de implantação de um sistema de sinalização ATP (“Automatic Train Protection”), objeto do contrato firmado com a GE Transportation Systems SPA. O financiamento contratado monta ao equivalente em dólares norte-americanos a até EUR 4.368, e terá atualização pela variação cambial e juros de 3,44% ao ano. A liberação dos recursos é feita pelo Banco Calyon diretamente ao fornecedor no exterior, à medida que os equipamentos são embarcados. A amortização do principal será realizada em dólar e em 14 parcelas semi-anuais consecutivas, vencendo a primeira 6 meses após a liberação realizada pelo banco ao fornecedor, juntamente com o juros acumulado até essa data. O primeiro pagamento ao fornecedor no exterior foi realizado em setembro de 2009, no montante de USD3.225, o segundo pagamento foi realizado em outubro de 2009, no montante de USD2.731.

Notas promissórias

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia emitiu dezoito Notas Promissórias no valor nominal unitário de R\$10.000, coordenadas pelos bancos BB-Banco de Investimento S.A. e Bradesco BBI S.A. totalizando R\$180.000. Na data em questão, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas. Estes títulos fizeram jus a remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI), acrescida de *spread* de 1,12% a.a., com vencimento em 07 de março de 2012, data em que foram liquidadas. Em 18 de março de 2013, a Companhia emitiu trinta e duas Notas Promissórias comerciais em série única, no valor nominal unitário de R\$5.000, coordenada pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. totalizando R\$160.000. Em 25 de março de 2013, as Notas Promissórias foram totalmente subscritas e integralizadas.

Estes títulos fazem jus a remuneração de CDI + 0,75% ao ano, com vencimento em 20 de março de 2014.

FINEP

Em 27 de agosto de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto à FINEP, em consonância com a Decisão nº 0102/09 da *Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP*, no montante total de R\$21.500, divididos em subcréditos “A” (R\$10.452) e “B” (R\$11.048). O crédito foi posto à disposição da Companhia em quatro parcelas. Em 01 de agosto de 2011, foi desembolsado pela FINEP à Companhia o montante de R\$21.500 (sendo R\$10.452 do subcrédito “A” e R\$11.048 do subcrédito “B”), perfazendo o total da linha de crédito.

A amortização será feita em 81 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2011 e 15 de janeiro de 2018. Sobre o principal da dívida dos subcréditos “A” e “B” incidirão juros de 5,25% a.a. e 8,25% a.a. respectivamente.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRO-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- Juros - equivalente à taxa nominal anual de 5,5%, capitalizada mensalmente.
 - Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente.
 - Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.
- O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “2” e “3”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$28.948 (R\$23.172 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Debêntures

Em 15 de março de 2010, foram subscritas 10 debêntures, conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$45.000, perfazendo o valor total de R\$450.000.

A colocação de debêntures foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária em 15 de março de 2010. Os recursos provenientes da emissão de debêntures foram utilizados na execução de seu plano de investimentos e expansão.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$514.160 mediante a emissão de 598.769.564 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 14 de março de 2012, foram subscritas 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$100.000.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, foi aprovada pelos Conselheiros, por unanimidade e sem ressalvas, a 2ª (segunda) Emissão de Debêntures da Companhia, com esforços restritos de colocação. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão destinados para a quitação de dívidas vincendas da Companhia.

As Debêntures são objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação e melhores esforços de colocação a serem outorgados à Companhia pelo HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, sendo R\$50.000 em regime de garantia firme de colocação e R\$50.000 em regime de melhores esforços de colocação. Em 14 de março de 2012, foi desembolsado pelo HSBC à Companhia o montante de R\$50.000.

O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios (“Juros Remuneratórios” ou, simplesmente, “Remuneração”), incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, equivalentes a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, “over extra grupo” (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread* de 1,50% (cento e cinquenta centésimos por cento) ao ano, com base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a data de emissão até a data de vencimento ou a data de realização do resgate antecipado. Em 03 de maio de 2012 foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Conforme Termo de Adesão fica estabelecido que a Caixa Econômica Federal realizará a colocação das Debêntures ofertadas, sob o regime de garantia firme de colocação para o montante de R\$50.000, representando 5.000 Debêntures. Em 31 de maio de 2012, foi desembolsado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$50.000.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante a pagar das debêntures somava R\$117.940.

Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170. O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão serão para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso).

Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

13. Concessão de serviço público

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Circulante				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	3.657	134.384	3.657	134.384
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	3.291	120.946	3.291	120.946
	6.948	255.330	6.948	255.330
Não circulante				
Direito de concessão (até janeiro de 2018) (a)	44.944	47.628	44.944	47.628
	44.944	47.628	44.944	47.628
Total	51.892	302.958	51.892	302.958

a) **Direito de concessão referente à outorga principal e outorga complementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2018)**

R\$4.188 (R\$134.384 em 31 de dezembro de 2012) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder

Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018. A quitação deste compromisso, atualizado até 31 de dezembro de 2013, está programada para maio de 2014.

R\$44.944 (R\$47.628 em 31 de dezembro de 2012) referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2013, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ. Esse compromisso, somava em 31 de dezembro de 2013, R\$44.944 (R\$47.628 em 31 de dezembro de 2012), líquido do montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente, no valor total de R\$32.206 (R\$49.611 em 31 de dezembro de 2012). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor total da Outorga suplementar pago e/ou compensado através de depósitos judiciais totalizou R\$245 (R\$9.061 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

b) **Compromisso decorrente da Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)**

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai, até 31 de dezembro de 2014; (ii) à aquisição de novos trens; e (iii) à modernização das operações. Em 31 de dezembro de 2013, os investimentos previstos no Aditivo estavam estimados entre R\$900.000 e R\$1.200.000, e deverão sofrer alterações à medida que os projetos executivos forem sendo definidos e obtidas as cotações definitivas de preços dos diversos componentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o valor investido totalizou R\$157.146 (R\$182.774 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Os gastos com a infraestrutura da concessão são contabilizados conforme o CPC 17 (R1) e ICPC 01 (R1), ou seja, todo gasto com infraestrutura da concessão é contabilizado como custo da construção na DRE e é apurada uma receita de construção com uma margem, que no caso, como há terceirização da obra, a margem é apurada de forma suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e eventuais custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra. Esta receita de construção tem como contrapartida o intangível.

c) **Bens reversíveis**

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo a composição dos Bens Reversíveis, existentes em 31 de dezembro de 2013:

	2013
Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	6.093.927

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

14. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

Provisões para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, realizou análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2013	2012
Cíveis	6.752	5.950
Trabalhistas	4.576	4.048
Tributárias	1.168	1.168
	12.496	11.166

Movimentação das provisões no exercício

	Saldo inicial 2012	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/pagamentos	Saldo final 2013
Cíveis	5.950	580	855	(633)	6.752
Trabalhistas	4.048	542	221	(235)	4.576
Tributárias	1.168	-	-	-	1.168
Total	11.166	1.122	1.076	(868)	12.496
	Saldo inicial 2011	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/pagamentos	Saldo final 2012
Cíveis	6.040	397	357	(844)	5.950
Trabalhistas	5.544	282	(757)	(1.021)	4.048
Tributárias	1.168	-	-	-	1.168
Total	12.752	679	(400)	(1.865)	11.166

a) **Contingências cíveis**

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário. Em 31 de dezembro de 2013, existiam 578 processos em andamento (531 processos em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2013 as perdas possíveis estavam estimadas em R\$80.634 (R\$73.550 em 31 de dezembro de 2012).

b) **Contingências trabalhistas**

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. Em 31 de dezembro de 2013, existiam 497 processos em andamento (467 processos em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2013 as perdas possíveis estavam estimadas em R\$17.596 (R\$16.561 em 31 de dezembro de 2012).

c) **Contingências tributárias**

A Companhia efetuou provisão, no montante de R\$183, relativa ao Auto de Infração lavrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (“INSS”), em 27 de junho de 2002, decorrente da revisão da Guia de Fundos e Informações Previdenciárias (“GFIP”) do período de 1º de janeiro a agosto de 1999.

A Companhia, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende que a provisão registrada é suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisão desfavorável.

A Companhia interpôs Ação Anulatória de Débito Fiscal contra o INSS, cujo objeto é a anulação de atuação por aquela autarquia em virtude de divergência de base de cálculo, na ordem de R\$1.644 (novembro de 2001), já tendo sido efetuado o depósito judicial para garantia do juízo. O processo aguarda início da perícia judicial.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

a) **Depósitos recursais**

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía R\$29.025 em depósitos recursais (R\$27.814 em 31 de dezembro de 2012). Este montante é atualizado monetariamente.

b) **Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação**

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$34.981, sendo todas de natureza trabalhista.

Em 31 de dezembro de 2013, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$20.923 (R\$14.778 em 31 de dezembro de 2012).

15. Patrimônio líquido

Em 02 de março de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$80.000, mediante a emissão de 90.014.070 ações ordinárias.

Em 29 de junho de 2012, foi homologado o aumento do capital social da Companhia, por conversão das debêntures, no valor de R\$514.160, mediante a emissão de 598.769.564 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, da acionista INVEPAR.

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.



16. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	36	29	36	29
Juros s/ aplicações financeiras (a.i)	33.541	57.106	33.541	57.106
Juros ativos	6.318	10.208	6.318	10.208
Varição monetária ativa	1.342	-	1.342	-
Variações cambiais ativas (a.iii)	71.612	53.401	71.612	53.401
Remuneração de clientes	-	-	-	-
Outros	-	580	-	580
Total receitas financeiras	112.849	121.324	112.849	121.324
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (b.i)	(40.441)	(70.801)	(40.441)	(70.801)
Comissões e despesas bancárias	(1.560)	(203)	(1.560)	(203)
Juros passivos (b.ii)	(14.436)	(3.045)	(14.436)	(3.045)
Varição monetária passiva (b.iii)	(11.030)	(8.758)	(11.030)	(8.758)
Juros sobre debêntures	(10.410)	(45.546)	(10.410)	(45.546)
Ajuste a valor presente	(689)	(6.748)	(689)	(6.748)
Variações cambiais passivas (b.iv)	(65.668)	(83.731)	(65.668)	(83.731)
Juros com partes relacionadas	(3.937)	(1.614)	(3.937)	(1.614)
Outros	(754)	(3.924)	(754)	(3.924)
Total despesas financeiras	(148.925)	(224.370)	(148.925)	(224.370)
Total	(36.076)	(103.046)	(36.076)	(103.046)

17. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2013, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização
Risco operacional	200.000
Responsabilidade civil geral	50.000
Transporte nacional	4.000
Transporte internacional	1.171*

(* US\$ 500 convertidos para Reais pela taxa de fechamento de 31 de dezembro de 2013.

18. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação vigente, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 2 de abril de 2008, foi aprovada a instituição do Plano de Participação em Lucros e Resultados ("PLR"). Dessa forma, a Administração provisionou R\$5.249 de participação dos empregados nos lucros ou resultados, e R\$2.333 de participação dos administradores, correspondentes a PLR esperada para o exercício de 2013.

19. Avais, fianças e garantias

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de dezembro de 2013 eram de R\$26.389 (R\$25.307 em 31 de dezembro de 2012), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os financiamento junto ao BNDES e CEF (iii) os processos judiciais gerais; e (iv) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 12.

20. Compromissos e responsabilidades

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia possui compromisso relativo à contratação de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A. pelo período entre 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui uma segunda obrigação, cujo contrato foi celebrado em 26 de janeiro de 2009, contratada referente ao fornecimento para o período entre 1º de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2020. A segunda obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

(i) contratação, para o período entre 2011 e 2015, de montante de energia complementar estimado ser suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação de novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai; e

(ii) contratação do montante de energia estimado ser suficiente para atender ao consumo total do sistema metroviário a partir do vencimento da primeira obrigação em 31 de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2020.

21. Instrumentos financeiros

a) **Análise dos instrumentos financeiros**

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	2013			2012		
	Valor Justo	Custo amortizado	Total	Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	56.362	-	56.362	18.133	-	18.133
Aplicação financeira	72.295	-	72.295	165.349	-	165.349
Valores a receber	-	13.775	13.775	-	7.094	7.094
Total do ativo	128.657	13.775	142.432	183.482	7.094	190.576
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	-	854.775	854.775	-	700.794	700.794
Debêntures	-	273.336	273.336	-	264.130	264.130
Obrigações com Poderes Concedentes	-	51.892	51.892	-	302.958	302.958
Total do passivo	-	1.180.003	1.180.003	-	1.267.882	1.267.882

b) **Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado**

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

• *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) **Exposição a riscos de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, as taxas de juros dos financiamentos tomados junto ao BNDES e FINEP estão vinculadas à variação da TJLP, taxa de juros Notas Promissórias estão vinculados à variação do DI (Taxa DI) e taxa de juros da Debênture Conversível está vinculada ao IPCA.

A DIRETORIA	CONTADOR Leandro Ferreira Gonçalves - CRC RJ - 105435/O-5
--------------------	---

d) **Concentração de risco de crédito**

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) **Risco de taxa de câmbio**

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 13, considerando-se que os carros serão adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 12, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) **Operação de derivativos**

A Companhia adota uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, sejam de natureza operacional ou financeira, ou ainda, eventualmente, de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados para cumprir apenas com esses passivos, ou, como exposto, eventualmente algum ativo, vedada a alavancagem através de tais operações. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía operações com característica de hedge.

g) **Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros**

A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos os quais não estão protegidos por instrumentos financeiros derivativos de hedge.

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo cenário provável o adotado pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM.

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalente de caixa	DI	5.168	3.876	2.584
Aplicações financeiras	DI	7.063	5.297	3.532
Empréstimos e financiamentos				
BNDES	TJLP	(145.810)	(172.908)	(200.006)
FINEP	TJLP	(3.669)	(4.058)	(4.446)
Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	(330)	(412)	(495)
Financiamento CEF	TR	(229.346)	(232.670)	(235.993)
Notas Promissórias HSBC	DI	(9.819)	(12.098)	(14.378)
Debênture LAMSA (CEF)	TR	(122.147)	(123.586)	(125.002)
Debênture HSBC	DI	(124.947)	(165.373)	(212.228)
Referência para ativos e passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		5,00%	6,25%	7,50%
TR (% ao ano)		0,48%	0,60%	0,72%
DI (% ao ano)		9,77%	12,21%	14,66%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)		R\$2,34	R\$2,93	R\$3,51

h) **Gestão do capital**

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	854.775	700.794
Debêntures	273.336	264.130
Caixa e equivalentes de caixa	(56.364)	(18.135)
Aplicações financeiras	(72.295)	(165.349)
Dívida líquida	999.452	781.440
Patrimônio líquido	1.281.754	1.245.679
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.281.206	2.027.119

i) **Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

22. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41, a Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico e diluído por ação	Controladora	
	2013	2012
Numerador		
Resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	36.075	530
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	1.446.899	1.135.538
Resultado básico e diluído por mil ações	24,93	0,47

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações trimestrais.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

23. Receitas, custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas				
Receita com passagens	548.951	510.349	548.951	510.349
Receitas acessórias	27.304	30.963	27.304	30.963
Receita da construção	7.509	72.463	7.509	72.463
Impostos e contribuições sobre a receita	(24.526)	(34.410)	(24.526)	(34.410)
Receita de serviços líquidas	559.238	579.365	559.238	579.365
Custos e despesas				
Controladora	2013	2012	2013	2012
Gerais e administrativas	182.648	172.308	182.648	172.308
Pessoal e encargos	168.584	138.833	168.584	138.833
Depreciação e amortização	99.816	93.014	99.816	93.014
Marketing e vendas de serviços	2.468	983	2.468	983
Custo de Construção	6.994	70.982	6.994	70.982
	460.510	476.120	460.510	476.120
Custo de serviços	358.202	323.142	358.202	323.142
Despesas gerais e administrativas	95.314	81.996	95.314	81.996
Custo de construção	6.994	70.982	6.994	70.982
	460.510	476.120	460.510	476.120

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros, Acionistas e Diretores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - MetrôRio, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2014